

FORMAÇÃO ECONÔMICA DE SANTA CATARINA

*Alcides Goularti Filho**

Resumo: O objeto de estudo deste texto é discutir a formação econômica de Santa Catarina pós-1880. Para alcançar este objetivo foi construída uma nova periodização da história econômica de Santa Catarina que leva em conta a mudança do padrão de crescimento da economia catarinense. A periodização é a seguinte: os anos de 1880 a 1945 caracterizam-se pela origem e crescimento do capital industrial. Os anos de 1945 a 1962 foram marcados pela diversificação e ampliação da base produtiva. O terceiro período começa depois de 1962 quando há a integração e a consolidação da indústria catarinense. O último período inicia-se em 1990 a partir da abertura comercial e financeira e da desregulamentação da economia com o esfacelamento do Estado.

Palavras-chaves: Santa Catarina – Padrões de Crescimento – História Econômica – Planejamento Estadual

Introdução: Tendo como eixo o processo de acumulação capitalista e a construção das modernas relações sociais e políticas, o propósito deste texto é entender a formação econômica de Santa Catarina desde 1880, perpassando pelas vertentes sociológicas, geográficas e antropológicas. Dentro do movimento de mudança secular e lenta, buscou-se compreender a forma pela qual Santa Catarina deixou de ser uma economia de subsistência para se inserir no capitalismo brasileiro, um capitalismo específico, tardio e desorganizado. Dentro desta formação econômica, procurou-se entender a integração de Santa Catarina no sistema nacional de economia, a complementaridade da economia catarinense ao mercado nacional, a especialização regional e as dinâmicas internas.

O texto está dividido em quatro itens. No primeiro item será discutido a origem e o crescimento do capital industrial em Santa Catarina durante o período de 1880 a 1945, quando o padrão de crescimento era dado pelo capital mercantil e pela pequena propriedade. Em seguida, será estudado o período de 1945 a 1962, quando houve uma

* Doutor em Economia pela UNICAMP e professor do Departamento de Economia da UNESC (Universidade do Extremo Sul Catarinense).

diversificação e ampliação da base produtiva catarinense. No terceiro item será abordado sobre a integração e a consolidação do capital industrial que vai de 1962 a 1990. No quarto item será discutido sobre a desarticulação política e a reestruturação econômica iniciada pós-1990. A conclusão tem não somente um caráter reflexivo, dissertando sobre a possível totalidade das economias da Região Sul do Brasil e acerca das especificidades de Santa Catarina.

1 - Origem e crescimento do capital industrial 1880 a 1945: Mesmo não havendo uma integração comercial e produtiva intra-regional em Santa Catarina até o início dos anos 60, podemos tomar o Estado na sua totalidade a partir de 1880 e iremos constatar que havia características que o unificavam. Como o objetivo neste texto-resumo é estudar o Estado na sua totalidade, o marco inicial de nosso estudo começa em 1880. A vinda de novos imigrantes para as lavouras de café e para o Brasil meridional tornou-se uma política econômica deliberada pelo governo imperial somente a partir do último quartel do século XIX. Com a chegada de novos e de mais imigrantes a Santa Catarina, a ocupação e a fundação de novos núcleos coloniais começaram a se dispersar, saindo do eixo norte-Vale, chegando até o sul da província. Antes da chegada dos imigrantes ao sul da província já havia as localidades de Laguna, fundada em 1682; de Tubarão, fundada em 1836; de Araranguá, fundada em 1848; de Jaguaruna, fundada em 1867; e outras pequenas localidades. Tanto Araranguá, como Jaguaruna e as outras localidades no litoral, foram colonizadas basicamente por açorianos, que praticavam as atividades de pesca, e artesanato afins, e agricultura de subsistência.

A ocupação pelos imigrantes, primeiro os italianos, seguidos dos poloneses e alemães, no sul da província iniciou-se em 1877. Eles desembarcavam em Desterro e desciam até Laguna e Tubarão, estabelecendo-se próximos aos rios, onde fundaram os primeiros núcleos coloniais. Mesmo com a presença de alguns municípios e vilas, ao longo do litoral sul e de núcleos coloniais mais no interior, a região passou a ter um destaque econômico somente com o início das atividades carboníferas e com o início da construção da ferrovia pós-1880 (Dall'Alba, 1983).

O oeste da província foi definitivamente demarcado após o conflito diplomático entre Brasil e Argentina, conhecido como a Questão do Palmas, encerrado em 1895. Em 1850, o governo imperial já havia determinado a criação de uma colônia militar na

região de Palmas. No entanto, somente com o agravamento do conflito diplomático é que foi apressada a ocupação na região, e em 1882 foi fundada a Colônia Militar de Chapecó (Heinsfeld, 1996). Um ano após a assinatura do Tratado, começam as negociações entre o governo e os agentes privados para a conclusão da construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, que cortava todo o oeste no sentido norte-sul (Thomé, 1983). Com a inauguração do trecho ferroviário, em 1910, e com a colonização da região por imigrantes ítalo e teuto-brasileiros, provenientes do Rio Grande do Sul, pós-1916, é que a região efetivamente passa a ter um destaque econômico mais expressivo, devido à exploração da madeira e da erva-mate e de pequenas atividades agropecuárias (Radin, 1997). Na realidade, a região oeste integrou-se definitivamente ao território catarinense somente depois de assinado o Acordo de Limites com o Paraná em 1916. Mesmo assim, tomaremos como data inicial o ano de 1880, para termos uma unidade espacial de análise em Santa Catarina. Quando foi fundada a Colônia Militar e demarcado o território para a construção da ferrovia, já havia claras intenções do governo catarinense em anexar a região oeste, tanto que, na questão dos Limites, foi dado ganho de causa para Santa Catarina.

Com base nestes fatos: imigração e atividades carboníferas no sul, fundação da Colônia Militar de Chapecó e da exploração da madeira e o aumento do fluxo de imigrantes para o norte e Vale do Itajaí, podemos tomar como ponto de partida o ano de 1880 para traçarmos uma nova periodização da formação econômica de Santa Catarina, que terá como base a mudança no padrão de crescimento. Como o objetivo é estudar o Estado como um todo e entendê-lo dentro de uma unidade de análise, a partir de 1880 já podemos identificar elementos unificadores da sua formação econômica.

Quando afirmamos que no período que vai de 1880 a 1945 predominou o padrão de crescimento baseado na pequena propriedade mercantil e nas atividades tradicionais, não estamos excluindo o planalto serrano. É sabido que a grande propriedade pecuária e extrativista mercantil constituiu a base econômica do planalto serrano por um longo período (Costa, 1982). O padrão hegemônico no Estado era o da pequena propriedade, que ditava o ritmo de grande parte da economia catarinense. Em ambos os regimes de propriedades (grande e pequena), porém, predominava o capital mercantil.

Durante o período de 1880 a 1945, podemos dizer que se originam e crescem em Santa Catarina as indústrias madeireira, alimentar, carbonífera e têxtil. A metal-mecânica e moveleira também nascem nesse período, porém partem para um

crescimento mais acelerado somente nos anos posteriores. Nesse período, ocorreram duas grandes mudanças sociais-demográficas em Santa Catarina: a primeira com a entrada de imigrantes europeus, de 1875 a 1900, no Vale do Itajaí, norte e sul, e que se estende em ritmo desacelerado até o início dos anos 20; e a segunda com o movimento migratório de imigrantes e descendentes provenientes do Rio Grande do Sul, a partir de 1917, em direção ao oeste catarinense, estendendo-se até os anos 50, e que fazia parte das frentes pioneiras de colonização capitalista.

A entrada de imigrantes em Santa Catarina no século XIX acelerou-se pós-1875, com a política imigratória financiada pelo governo imperial, principalmente de imigrantes alemães e italianos, em menor proporção poloneses, austríacos, árabes, eslavos e espanhóis. Os alemães concentraram-se mais na região do Vale do Itajaí e norte (Seyferth, 1973); os italianos no sul e também no Vale do Itajaí (Dall'Alba, 1983); e os poloneses no Alto Vale do Rio Tijucas e no planalto norte (Barreto, 1983). Para os imigrantes se instalarem, necessitavam basicamente de três suportes essenciais: financiamento governamental, terras disponíveis e companhias colonizadoras. A viagem e a instalação eram feitas por companhias colonizadoras, que faziam contratos com o Governo Imperial que se responsabilizava por financiar as viagens.

As companhias colonizadoras desempenharam um papel fundamental para fixar os imigrantes nas colônias catarinenses, no final do século XIX, nas regiões de Blumenau, Joinville e Criciúma (Richter, 1992); e nos anos 20 até os anos 50, no oeste (Piazza, 1994). Além das companhias colonizadoras, a construção de estradas carroçáveis e de ferrovias também foi de fundamental importância para fixar os imigrantes, desenvolver o mercado local e integrar a região ao mercado nacional.

A chegada de novos imigrantes, depois de 1870, contribuiu para diversificar a economia na província, com o surgimento de novas atividades comerciais e artesanais (pequena produção). A presença de várias pequenas atividades mercantis e manufatureiras (artesanato, pequena indústria) contribuiu para gerar uma acumulação pulverizada e lenta. Por um lado, fundamental para criar uma base produtiva diversificada, e por outro, em razão da lentidão da acumulação, um entrave para gerar um comando capaz de conduzir a integração comercial e produtiva. O crescimento de inúmeras pequenas atividades manufatureiras deve ser entendido pelo parcelamento da propriedade, pelo alto grau de difusão tecnológica dos adventos da Primeira Revolução

Industrial (facilidade da cópia) e pela tradição dos imigrantes que eram provenientes de regiões industriais da Alemanha e de regiões industriais e agrárias da Itália.

Desenvolveu-se no oeste barriga-verde uma colonização baseada no sistema colônia-venda e na pequena propriedade, que era voltada para a economia de subsistência e para a comercialização do excedente (Mamigonian, 1965), estimulando desde cedo a formação de um mercado interno, que rapidamente se integrou à economia nacional por meio da ferrovia. Havia um universo de pequenas atividades comerciais e manufatureiras como: mercearias, atafonas, marcenarias, moinhos, fábricas de queijo e salame, fábricas de caixas, sapatos e fundição. Esse regime de produção, baseado na pequena propriedade, permitiu uma acumulação pulverizada e ao mesmo tempo o surgimento de uma diferenciação social, em que alguns colonos mais abastados começaram a subordinar o trabalho e a pequena propriedade, tornando-se grandes madeireiros ou proprietários de frigoríficos.

As frentes pioneiras, o extrativismo vegetal e a construção da EFSPRG (Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande), no oeste do Estado (Bellani, 1991; Piazza, 1994; Thomé, 1983), se resumem num só elemento que explica a introdução de relações capitalistas de produção no oeste e no Contestado. A ocupação do oeste catarinense, que se estendeu até os anos 50, faz parte do movimento geral da expansão das fronteiras agrícolas no Brasil no século XX, que chegou até o Norte, passando pelo Paraná, todo o Centro-Oeste e deslocando-se até o sul do Maranhão (Graziano da Silva, 1982). A ocupação do oeste catarinense não deve ser vista apenas do ponto de vista estratégico territorial para demarcar terras comandadas pelo governo federal. Terra é um recurso que incorpora valor e se valoriza, portanto, fonte de acumulação capitalista. As fronteiras no oeste têm uma ligação direta entre o capital industrial, representado pelo grande truste canadense Farquhar (que atuava em vários segmentos em todo território nacional), e o capital mercantil, representado pelas companhias colonizadoras, que atuavam simultaneamente e em comum acordo com os governos locais, no sentido de buscar a valorização máxima de seu capital, utilizando a terra como fonte de acumulação. Portanto, o objetivo não é apenas demarcar terras, mas também acumular capital por meio da venda da terra.

Para demarcar terras foram criados municípios e vilas; para escoar a produção foram abertas estradas, ferrovias e construídos portos fluviais; e para acabar com a violência, do ponto de vista dos colonizadores, foram exterminados os índios e

subordinados os caboclos ao trabalho nos moldes capitalistas, ou seja, foram dadas as condições materiais e sociais para a reprodução capitalista. A fertilidade do solo, a mata existente, a ferrovia, as companhias colonizadoras e a chegada dos colonos inicialmente formaram uma nova e diferente vida econômica na região.

No início do século XX, começam a se consolidar os setores que comandariam a economia catarinense até o início dos anos 60: têxtil, madeireiro e alimentar. O aumento da quantidade produzida de madeira, têxtil e alimentos não alterou o padrão de crescimento baseado no capital mercantil. Além do mais, seria impossível Santa Catarina alterar seu padrão de crescimento porque o padrão de acumulação nacional ainda era o mercantil. Até os meados dos anos 40, a base produtiva da economia catarinense era comandada pelo pequeno e médio capital mercantil. A presença de indústrias com mais de 80 trabalhadores era possível ser verificada em vários setores, mas representava uma pequena parcela no conjunto, tanto na produção como na geração de emprego.

A partir da segunda metade dos anos 10 até o final dos anos 20, o valor das exportações catarinenses aumentou em seis vezes, ritmo que se manteve nos anos 30. Se tomarmos como referência os anos de 1915 e 1929 e acompanharmos a evolução do valor exportado de alguns principais produtos, é possível identificar as seguintes mudanças: a) a madeira aumentou em mais de 22 vezes. Os motivos foram o início da colonização do oeste e do Vale do Rio do Peixe, o aumento das exportações para Argentina, via Rio Uruguai, e das exportações para o Rio de Janeiro e a construção da ferrovia; b) a erva-mate aumentou em mais de 13 vezes. Os motivos foram o aumento das exportações para o Uruguai e Argentina e a estruturação do complexo ervateiro no litoral norte, com a construção da ferrovia e dos engenhos de beneficiamento; c) os têxteis (camisas de algodão, fio de algodão, meias de algodão e de seda) aumentaram oito vezes. Os motivos foram o aumento das exportações para São Paulo e Rio de Janeiro e o surgimento de novas fábricas no Vale do Itajaí, principalmente nos anos 20; d) os alimentos em geral aumentaram como um todo: o feijão oito vezes, a banha cinco vezes, a manteiga quatro vezes e meia, o arroz duas vezes e meia e o queijo nos anos vinte aumentou três vezes e meia. O motivo foi principalmente o aumento das vendas para São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba; e) o polvilho e a mandioca mantiveram-se estáveis – apesar da forte concorrência com a mandioca do Nordeste; f) o carvão surge na pauta de exportação durante a Primeira Guerra e mantém-se num

ritmo de crescimento até 1927, quando começa a perder espaço para o carvão importado (Santa Catarina - Mensagem dos Governadores, vários anos). O aumento na oferta de carvão foi favorecido pela formação das grandes companhias carboníferas, pela expansão ferroviária e pelos melhoramentos nos dois portos do sul (Laguna e Imbituba).

No geral, o aumento das exportações catarinenses para o mercado interno de 1915 a 1929 deve ser entendido a partir das seguintes mudanças: a) a expansão do complexo cafeeiro e seus desdobramentos na expansão urbana em São Paulo (Cano, 1990); b) o forte processo de diversificação econômica ocorrida nos anos 20 em São Paulo e no Rio de Janeiro com o surgimento de novas indústrias ligadas ao setor metal-mecânico e químico (Cano, 1990; Suzigan, 1986) e ; c) a expansão urbana na capital federal; d) a construção das ferrovias integrando a região Sul ao Sudeste e de ferrovias ligando o interior catarinense aos portos; e) e a proximidade com duas praças importantes em nível regional: Curitiba e Porto Alegre. Dada a entrada constante de imigrantes, a oferta de mão-de-obra nunca foi escassa em Santa Catarina, não chegando a ponto de estrangular a produção das principais mercadorias exportadas. O mercado de trabalho para todos os setores era formado por colonos imigrantes, pescadores açorianos, caboclos do planalto e mão-de-obra oriunda de outros Estados (Carola, 1997; Renk, 1997; Hering, 1987; Ribeiro de Jesus, 1991). Santa Catarina respondeu positivamente ao aumento da demanda nacional pós-1915.

Dada a estrutura agrária concentrada, as relações escravocratas, o espírito aventureiro das oligarquias atrasadas, a imitação dos estilos de vida e a falta de objetivo nacional da burguesia, o Brasil chega no final do século XIX com uma forte base agrária-mercantil e com uma fraca base industrial. Na região cafeeira, as indústrias que mais se destacavam eram as ligadas ao complexo cafeeiro exportador e as de bens para assalariados. Nas economias regionais, fora do complexo cafeeiro, predominavam basicamente dois setores: o extrativismo e o alimentar. A indústria têxtil era forte apenas nas capitais. A expansão da renda do complexo exportador pós-1918 estimulava o surgimento, no entremeio, dos setores tradicionais, segmentos mais dinâmicos (metal-mecânico, químico, papel) que se estendem até 1933, quando começa efetivamente a ser pensado um projeto “nacional” de industrialização (Cano, 1990).

Em Santa Catarina, a indústria originária está no segmento extrativo – erva-mate, madeira e carvão –, alimentar – farinha, açúcar e derivados de suínos – e têxtil.

Além desses setores manufatureiros também se destacava a pecuária extensiva nos Campos de Lages.

O salto que a economia catarinense dá nos anos 30 e 40 só pode ser explicado pelo forte engajamento que o Estado teve com a economia nacional, principalmente a paulista, que estava num processo acelerado de formação de um parque industrial integrado. Os Estados que estavam mais próximos da economia paulista e que tinham estruturas sócio-econômicas mais avançadas (ou seja, um setor comercial e um parque industrial minimamente articulados e uma estrutura de transporte básica, como os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) do que as das antigas regiões produtoras (o complexo açucareiro e pecuarista do Nordeste e a produção de borracha no Amazônia), rapidamente se ajustaram às demandas paulistas pós-30 (Cano, 1985). A urbanização e o aumento da classe operária fizeram aumentar a demanda por produtos básicos: alimentos e vestuário. Já o crescimento da indústria siderúrgica, associado ao transporte de cabotagem e ferroviário, fez aumentar a demanda por carvão mineral.

Ao mesmo tempo em que a indústria paulista nascia e se consolidava, a catarinense caminhava paralelamente. Com a crise mundial de 1929, o rompimento do padrão monetário internacional (padrão-ouro) e o aparecimento de novos atores sociais, rompe-se o velho padrão de acumulação na economia brasileira, que era conduzido pelo setor mercantil agroexportador. A diversificação industrial dos anos 20 exigia a continuidade do processo de crescimento, porém em outras bases materiais e institucionais. No entanto, as bases produtivas em Santa Catarina ainda continuavam as mesmas e somente a partir de 1945, começa a mudar a estrutura econômica do Estado barriga-verde com a ampliação da pequena indústria metal-mecânica, em Joinville com o surgimento da indústria de papel, pasta e celulose no planalto, e das cerâmicas, no sul. A indústria catarinense estava se consolidando e começava partir para outra base produtiva que passava a comandar o processo de acumulação.

O pequeno proprietário, o colono, o caboclo e o pescador são as matrizes sociais dessas transformações. O capital-dinheiro, concentrado nas mãos, dos pequenos capitalistas, transformou-se rapidamente em capital-industrial. É a partir desse desdobramento que nasce o grande capital industrial em Santa Catarina. E é o capital industrial, juntamente com o mercantil, que será o móvel da acumulação no período de

1945 a 1962, um período transitório para a fase da integração e consolidação da indústria catarinense.

2 - Diversificação e ampliação da base produtiva 1945 a 1962: Do ponto de vista do sistema nacional de economia, a partir de 1933 altera-se o padrão de acumulação do mercantil agrário exportador para o industrial. Já podemos falar em industrialização, porém ela é limitada pela capacidade de importar e pelas débeis bases técnicas e financeiras, cuja acumulação era horizontal, incapazes, portanto, de comandarem e financiarem os investimentos necessários para o país constituir “forças especificamente capitalistas de produção”. Há, nesse período, um crescimento do departamento de bens de produção. No entanto, ainda é insuficiente para atender as necessidades da economia que estava em franca expansão. Nesse período, a economia paulista foi novamente a mais beneficiada com os investimentos, até porque, no passado, a expansão do complexo cafeeiro concentrou-se mais em São Paulo. Algumas regiões, não suportando a concorrência com a indústria paulista, foram sufocadas e outras beneficiadas em função do aumento das articulações comerciais estabelecidas com a economia paulista (Cardoso de Mello, 1988; Tavares, 1998; Cano, 1985).

Em Santa Catarina, devida à baixa capacidade de acumulação (excluindo os têxteis), a desintegração econômica e a falta de aporte financeiro, o período da ampliação e diversificação do capital industrial inicia-se somente na segunda metade dos anos 40. Até então o destaque ficava por conta da indústria madeireira, ervateira, carbonífera, de alimentos e têxtil, ou seja, setores tradicionais, com pouca capacidade de difusão tecnológica a jusante e a montante, sendo que os três primeiros estão ligados à disponibilidade de recursos naturais. O núcleo mais dinâmico concentrava-se em Joinville – que surge antes de 1945 – estava em fase de consolidação e era composto por pequenas oficinas mecânicas e funilarias, portanto incapaz de imprimir um ritmo acelerado à economia catarinense.

No período 1945-1962, assiste-se, na economia catarinense, a uma verdadeira diversificação e ampliação da base produtiva. Há uma diversificação porque surgem novos setores como o de papel, papelão, pasta mecânica, cerâmico, metal-mecânico, plástico, materiais elétricos e indústrias ligadas ao setor de transporte. Há uma ampliação porque: a) os setores como o de papel, papelão, pasta mecânica, móveis e

metal-mecânico, que nasceram antes ou nos anos 30, aumentam a produção com o surgimento de novas indústrias; b) os setores carbonífero e têxtil ampliaram a capacidade produtiva; c) e a agricultura começou a se industrializar, transitando do complexo agrocomercial para o complexo agroindustrial. Esse período é uma fase transitória, em que ainda perduram traços do padrão de crescimento baseado na pequena produção mercantil e ao mesmo tempo começam a surgir elementos de um novo padrão, baseado no médio e grande capital industrial. Os setores com potencialidades mais dinâmicas, o metal-mecânico, o cerâmico e a produção de papel e pasta mecânica, nascem da pequena produção e voltam-se para o mercado nacional, expandindo-se rapidamente, num momento em que a industrialização pesada estava num processo acelerado de expansão e consolidação.

Durante o período 1945-1962, há uma expansão dos setores tradicionais que originaram no período anterior. Ao mesmo tempo em que se expande, há uma diversificação a partir do próprio setor: o madeireiro diversifica-se para a produção de papel, papelão e pasta mecânica e dos alimentos nasce a agroindústria.

Durante o período de 1945 a 1962, ocorreu um verdadeiro alargamento da divisão social do trabalho em Santa Catarina. Por um lado, com o surgimento de novos setores, como o cerâmico, a consolidação e a expansão acelerada do metal-mecânico e a diversificação do complexo madeireiro para papel e pasta mecânica. Por outro lado, com a ampliação do têxtil e carbonífero e o início da transformação do alimentar para o agroindustrial. O surgimento dessas novas indústrias, internamente, é resultado da metamorfose do capital mercantil para o industrial. O capital-dinheiro acumulado na esfera mercantil transformou-se em capital industrial, mesmo num processo lento de acumulação. A lenta acumulação da pequena produção mercantil foi acelerada quando o capital se engajou no “projeto nacional de industrialização” e no planejamento estadual, surgindo as grandes indústrias catarinenses. A grande empresa passou a subordinar o pequeno capital, seja num processo de complementaridade. É a pequena produção gerando as condições para a sua própria negação. Com base no número de funcionários, podemos afirmar que o setor têxtil era o único que se constituía como oligopólio competitivo, com forte inserção nacional. Há uma rápida expansão das indústrias metal-mecânica, com destaque para a Tupy que apresentava elementos de uma grande indústria, e a indústria alimentar. No entanto, este movimento de ampliação e diversificação da base produtiva sofria constantes limites: falta de energia, recursos

financeiros e infra-estrutura viária e portuária. Esses limites reforçavam ainda mais a desintegração econômica do Estado, em que cada região se especializava em determinado setor, sem articulação comercial ou produtiva com as demais regiões.

Santa Catarina apresentava uma base industrial “quase implantada”. As condições materiais exigiam novas formas superiores de organização capitalista, organizadas a partir do Estado para liberar as forças produtivas que entravavam o processo de acumulação. É uma fase transitória.

O sistema de geração e distribuição de energia elétrica em Santa Catarina, antes da criação da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.), em 1955, não se diferenciava de muitos Estados brasileiros, ou seja, um sistema fragmentado sendo alimentado por pequenas iniciativas privadas locais ou por multinacionais (Almeida; Schmitz, 1995). Em Santa Catarina, o sistema de transporte rodoviário até os anos 40 era ainda muito precário. O Estado era todo recortado com estradas de cargueiros e com poucas estradas de rodagem. O sistema bancário em Santa Catarina, até o início dos anos 60, era constituído por uma série de pequenas casas bancárias, que tinham abrangência local e financiavam apenas a pequena propriedade rural para investimentos de curto prazo (Schmitz, 1991).

As mudanças na base concreta da economia catarinense, iniciadas a partir dos meados dos anos 40, exigiam novos arcabouços institucionais, financeiros e novos investimentos em infra-estrutura social. As condições concretas não se adaptavam mais às necessidades de expansão do capital, diminuindo, com isso, o seu ritmo de acumulação. O livre desenvolvimento das forças produtivas estava sendo barrado pela falta de infra-estrutura e de capital financeiro. Para entrar numa nova fase de crescimento e mudar o seu padrão eram necessários investimentos vultosos. Dada a acumulação horizontal e a falta de comando, somente o Estado, tanto em âmbito nacional como estadual, dispunha de capital suficiente e capacidade de articulação para comandar os investimentos perseguidos pelo capital industrial.

Dadas as condições nacionais favoráveis e as novas iniciativas estaduais, a partir de 1962, a reprodução do capital em Santa Catarina começa a se ampliar com maior liberdade e intensidade. A barreira começa a ser transposta.

3 - Integração e consolidação do capital industrial 1962 a 1990: O padrão de crescimento da indústria catarinense até meados dos anos 40 era baseado na pequena propriedade e nos setores tradicionais da economia, ficando por um longo período (1880 a 1945) alterando apenas a quantidade produzida. A partir dos meados da década de 40, a indústria catarinense começa a ampliar e diversificar a sua base produtiva com o surgimento de setores dinâmicos. A infra-estrutura social básica e os arranjos institucionais não estavam preparados para tal processo de diversificação, obrigando o Estado a intervir na economia para facilitar o processo de acumulação. O padrão de crescimento altera-se a partir de 1962, com o novo sistema de crédito, com os investimentos em energia e transporte e com a consolidação do setor eletro-metal-mecânico, liderado pelas médias e grandes indústrias. Mesmo nos setores tradicionais, várias firmas se consolidaram, incorporaram outras marcas, tornando-se líderes nacionais. Internamente, o movimento geral da indústria catarinense passa a ser conduzido por grandes e médias empresas nos setores de alimentos (Sadia, Perdigão, Chapecó, Coopercentral, Seara e Duas Rodas), eletro-metal-mecânico (Tupy, Consul, Embraco, WEG, Kohlbach, Busscar e Duque), cerâmico (Eliane, Cecrisa, Icisa, Portobello e Cesaca), têxtil-vestuário (Hering, Artex, Karsten, Teka, Sulfabril, Malwee, Renaux, Buettner, Cremer, Marisol, Malwee e Döhler), papel e celulose (Klabin, Igaras, Irani, Trombini e Rigesa), madeireiro (Sincol, Adami, Battistella e Fuck), carbonífero (CBCA, CCU, Metropolitana, Criciúma, Catarinense e Próspera), moveleiro (Cimo, Artefama, Rudnick e Leopoldo), plástico (Hansen - Tigre e Cipla -, Canguru, e Akros) e porcelanas e cristais (Oxford, Schmitz, Ceramarte, Blumenau e Hering).

A mudança do padrão de crescimento em Santa Catarina só pode ser entendida, em primeira instância, pela mudança do padrão de acumulação em nível nacional, que tinha como tripé básico o capital estatal, o externo e o nacional (a perna fraca). Na maioria das unidades federativas periféricas, a diversificação e a integração produtiva deu-se com a presença do capital estatal, que financiava e isentava projetos privados ou investia diretamente. Já em outras unidades federativas que tiveram uma formação sócio-espacial diferenciada, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a diversificação e a integração produtiva foram comandadas pelo capital de origem local e pelo Estado.

A formação dos complexos agroindustriais em Santa Catarina está dentro desse movimento geral de constituição dos complexos em nível nacional e só pode ser entendida a partir da modernização conservadora e da industrialização da agricultura no

Brasil (Graziano da Silva; Kagayama, 1998). A industrialização pesada pós-55, a criação de vários centros públicos de pesquisas básicas, a implantação dos complexos petroquímicos ligados à Petrobrás e a consolidação de uma política nacional de crédito rural, ou seja, a forte atuação do Estado, permitiram a formação dos complexos agroindustriais em todo o país. Esses são os sustentáculos da modernização conservadora e dolorosa (Cardoso de Mello, 1988; Graziano da Silva, 1982). Embora Santa Catarina tenha uma estrutura fundiária menos concentrada do que muitos Estados brasileiros, os setores mais beneficiados com créditos, subsídios, amparo tecnológico e suporte técnico foram as grandes empresas. Em boa medida, a explicação para o “sucesso” dos grandes frigoríficos em Santa Catarina reside no longo processo de modernização conservadora e nas benesses da política agrícola (incluindo subsídios e financiamentos), deliberados pelo Estado.

Em 1962, começa um novo período em Santa Catarina, quando o capital industrial passa a ser o móvel da acumulação capitalista. A modernização da agricultura, com a mutação do complexo agrocomercial – dos moinhos e frigoríficos, que comercializavam produtos quase que *in natura* – para o complexo agroindustrial de carne, reforça e consolida o novo padrão de crescimento em Santa Catarina, comandado pelo Estado e pelas grandes e médias indústrias e agroindústrias.

Acompanhando o movimento geral da industrialização brasileira, o padrão de crescimento em Santa Catarina sofreu profundas alterações a partir de 1962, quando a economia passou a ser pensada por órgãos governamentais. Apesar de a primeira experiência em planejamento ter sido o POE (Plano de Obras e Equipamentos, 1956-1960), foi somente com o PLAMEG (Plano de Metas do Governo 1961-1965), que efetivamente o Estado passou a utilizar instrumentos ativos de políticas econômicas para implantar e ampliar a infra-estrutura social básica e para financiar o capital privado local. A mesma proposta do Plano é repassada para o PLAMEG II (1966-1970) e para o PCD (Projeto Catarinense de Desenvolvimento 1971-1974) e em menor proporção ao PG (Plano de Governo 1975-1979) (Bornhausen, 1955; Konder Reis; Fontana, 1975; Salles, 1971; Schmitz, 1985). Destacamos quatro grandes áreas de atuação dos Planos: a) financeira: dotar o Estado de capacidade financeira para financiar investimentos de longo prazo por meio de agências de fomento e programas de incentivos; b) transporte: integrar as mesorregiões produtoras ao mercado nacional e estadual; c) energia: ampliar a área de atuação da CELESC, distribuindo e gerando mais energia; e, d)

telecomunicações: aumentar a rede de telefonia e a oferta de linhas. É o Estado atuando como forma superior de organização capitalista alargando as bases produtivas e ajustando-se à ordem econômica e politizando as relações econômicas.

A partir de novas bases econômicas pós-62, montadas pelo Estado, começam a despontar nacional e internacionalmente os grupos catarinenses que passam a comandar e internalizar com maior intensidade o crescimento industrial no Estado. Portanto, a integração regional catarinense só pode ser entendida a partir das políticas estaduais de desenvolvimento e da articulação nacional e intra-estadual entre os grandes grupos econômicos, o que nos leva a concluir que a integração e a consolidação da indústria catarinense só pode ser pensada depois de 1962.

Os planos executados em Santa Catarina, desde 1955, podem ser classificados em quatro grupos, de acordo com seus objetivos e resultados práticos. O POE foi uma *aproximação ao planejamento econômico* em Santa Catarina, tinha várias metas, porém poucas foram cumpridas, pela falta de experiência em planejamento e pela falta de um aparato institucional. O PLAMEG, o PLAMEG II, o PDC e o PG de 1961 a 1979 podem ser classificados como *planos com objetivos e resultados concretos afinados com os objetivos nacionais*. O Estado é um dos atores principais. Durante esse período, a infra-estrutura social básica catarinense foi profundamente alterada, removendo os pontos de estrangulamento, sobretudo no tocante à energia e transporte. Dada a crise fiscal e financeira do Estado, o PA (Plano de Ação) do governo Jorge Konder Bornhausen inaugura uma nova fase: *planos com boas intenções, porém sem programas bem definidos e sem uma ação efetiva do Estado, ou seja, houve plano mas não planejamento*. São planos com um perfil globalizante e simbólico e que rapidamente eram desatualizados, pois não havia uma amarração funcional. O Estado começa atuar como coadjuvante. Mesmo assim, durante os governos Jorge Bornhausen, Amin e Pedro Ivo-Maldaner foram executados uma série de investimentos na infra-estrutura social básica, não perdendo o Estado por completo a capacidade de investimento e regulação (Bornhausen; Córdova, 1979; Campos; Maldaner, 1987; Helou Filho; Fontana, 1982). Com a entrada do Brasil no modelo neoliberal ajustando-se às políticas do Consenso de Washington o Estado-Nação e os Estados nas unidades subnacionais inauguram uma nova etapa: *o regresso liberal*. Agora o Estado começa atuar como mero figurante no processo de ordenamento econômico. Há uma mudança na ontologia das relações e na ossatura material do Estado. O desmonte do aparelho estatal desarticulou os nexos que

uniam o Estado à dinâmica interdepartamental e à formação da infra-estrutura básica, mudando o padrão de acumulação em nível nacional e o padrão de crescimento em nível estadual. Assim foram os governos Kleinübing, Paulo Afonso e Amin (Kleinübing; Konder Reis, 1990; Helou Filho; Bauer, 1999; Vieira; Hülse, 1994)

A criação do BDE (Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, antigo BESC) e do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), ambos em 1962, inauguram uma nova fase no sistema de crédito no Estado (Schmitz, 1991; Fonseca, 1988). O eixo central do sistema financeiro deslocou-se do crédito ao consumo para o crédito ao investimento, de longo prazo. Após o reordenamento do BDE, no final dos anos 60, foram criados outros mecanismos de fomento, como o FUNDESC, o PROCAPE e o PRODEC, além da criação do BADESC, todos com um propósito claro: fomentar e incentivar a indústria e a agroindústria catarinense. Neste item, veremos a atuação do sistema de crédito em Santa Catarina pós-1962 até os anos recentes, abrangendo os anos noventa, mesmo fazendo parte do capítulo cinco.

Fazendo uma análise de todos os recursos liberados pelo BDE, FUNDESC, PROCAPE, BRDE, BADESC e PRODEC, é fácil entender porque o complexo agroindustrial deu um salto quantitativo e qualitativo, por que o complexo eletro-metal-mecânico tornou-se tão dinâmico, porque a indústria de revestimentos cerâmicos rapidamente integrou-se na economia nacional e internacional e porque o Vale do Itajaí consolidou-se como o segundo pólo têxtil do país. Buscar explicação na figura do empresário inovador para entender o dinamismo da indústria catarinense, no mínimo torna a análise descontextualizada. Não existe empresário inovador sem um arranjo institucional e financeiro propício à realização de novos investimentos, sem um estado de confiança, sem expectativas favoráveis e com retorno garantido. Esse aparato financeiro, que promove as finanças industrializantes, faz parte de um movimento geral da industrialização brasileira. A industrialização brasileira, e por extensão a ampliação e integração produtiva em Santa Catarina, é um imperativo político e não obra do mercado, da mão invisível ou da capacidade inovadora de um indivíduo. Resumindo: em boa medida, reside nas finanças industrializantes a resposta do sucesso de muitas empresas catarinenses.

4 - Desarticulação política e reestruturação econômica pós-1990: Os anos noventa inauguraram uma nova fase na economia latino-americana. Durante um longo período, que iniciou em 1930 e se estendeu até o final dos anos setenta, os governos latino-americanos tiveram uma ampla margem de manobra para manipularem políticas econômicas em prol da industrialização de seus respectivos países. O crescente endividamento nos anos 70 permitiu que muitos países latino-americanos continuassem seus projetos de industrialização. A disponibilidade de liquidez internacional proporcionada pelo petrodólar reduziram bruscamente as taxas de juros internacionais, tornando atrativo a tomada de recursos externos. Dada a atrofiado do capital financeiro no Brasil, em boa medida, o II PND foi financiado por recursos externos. A quebra do padrão de financiamento, a crise fiscal do Estado e o seu enfraquecimento enquanto poder de comando começa a desenhar uma nova ontologia das relações na economia brasileira (Baer, 1993; Lopreato, 1992; Carneiro, 1993). Quando se altera a relação entre o poder público e a dinâmica interdepartamental e o grande capital nacional, também se altera o padrão de acumulação. Com a desarticulação política do Estado na condução do processo de acumulação, investindo na infra-estrutura social básica e na regulação econômica e financeira, o grande capital multinacional, principalmente o financeiro, passa de fato a comandar o processo de acumulação. As privatizações e as desnacionalizações suicidas, associado ao novo ciclo de endividamento especulativo externo dos anos 90, ao mesmo tempo enfraqueceu e fortaleceu o Estado: enfraqueceu no sentido de formular novas políticas de desenvolvimento em bases nacionais; e fortaleceu para conduzir os ganhos especulativos do mercado financeiro.

É dentro deste movimento mais amplo que devemos entender as mudanças estruturais na economia catarinense pós-1990 como a redução das atividades estatais, reestruturação da indústria cerâmica, o desmonte do setor carbonífero, a reestruturação patrimonial no complexo eletro-metal-mecânico, a desverticalização e a retração no segmento têxtil-vestuário e a desnacionalização no complexo agroindustrial.

Uma das características que sempre marcou o desempenho do setor de revestimentos cerâmicos, no sul de Santa Catarina, foi a sua forma agressiva de atuar no comércio internacional. Em função da retração do mercado interno, durante a década de 80, a conquista do mercado externo tornou-se condição *sine qua non* para a manutenção e a reprodução da capacidade instalada das cerâmicas, obrigando as cerâmicas a introduzirem prematuramente – comparado com a inserção de outros setores – os novos

métodos de produção e gestão. No início dos anos 80, as exportações de pisos e azulejos em Santa Catarina eram de aproximadamente 5 milhões de dólares, representando 9,0% das exportações nacionais, chegando, no final da década, próximo dos 50 milhões de dólares, 28,7% das exportações nacionais. No final dos anos 90, as exportações já ultrapassavam os 100 milhões de dólares, representando 43,8% das exportações nacionais (Secex/SED-SC). Quando a abertura do mercado começou a ser uma dura realidade para a economia brasileira, muitos setores foram profundamente abalados e outros simplesmente excluídos do mercado. Como as indústrias cerâmicas do sul catarinense, no que tange à incorporação de novas tecnologias, estavam, de certa forma, adaptadas para uma nova etapa de concorrência internacional, evitou-se um desmantelamento do setor. Quando os novos equipamentos, máquinas ou insumos eram difundidos na Europa, rapidamente eram alocados nas cerâmicas catarinenses.

O ano de 1990 marcou o fim do longo ciclo expansivo e acelerado do carvão, iniciado durante a Primeira Guerra, em que havia uma forte presença estatal no setor. O governo Collor simplesmente liberou a importação do carvão metalúrgico, desobrigou as siderúrgicas estatais a comprarem o carvão nacional, acabou totalmente com as cotas e fechou o Lavador de Capivarí e as unidades da ICC (Indústria Carboquímica Catarinense) em Imbituba e Criciúma. Associado a essas medidas, iniciou o processo de privatização, que atingiu diretamente a Cia. Próspera, subsidiária da CSN, demitindo mais de 1.500 trabalhadores. Os trabalhadores da Próspera ficaram quase dois anos num movimento de resistência à privatização da empresa, aguardando uma reversão da política econômica em prol da estatal. A solução imediata veio com a venda da estatal para a Metropolitana, que cria a Nova Próspera. Como a nova empresa não cumpriu os prazos estabelecidos e ficou impossibilitada de minerar numa área de preservação ambiental, a Próspera novamente voltou às mãos da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), agora privatizada, que a fechou por definitivo em 1995 (Goularti Filho, 1995).

A indústria brasileira entrou na “década perdida” sem avanços significativos. Apenas manteve o parque industrial montado e herdado das políticas industriais do passado. Os anos 90 significaram verdadeiros retrocessos para segmentos representativos da indústria nacional. Em Joinville, pode-se observar a reestruturação patrimonial da Tupy, desfazendo-se de parte de suas unidades em prol do capital externo (setor de tubos e conexões em PVC), a aquisição da Douat pela Franke e da

Akros pela Fortilit, e a perda de 30,0% do mercado nacional de peças para bicicletas pela Duque, em favor das importadas. A crise social só não foi maior porque foi amortecida pelo surgimento de inúmeras micro e pequenas empresas, que ficam na franja das médias e grandes.

O segmento têxtil-vestuário foi o setor mais atingido em Santa Catarina com o processo de abertura comercial e sobrevalorização. Com a abertura comercial, reduzindo as alíquotas de importação de 105% em 1990 para 20,0% em 1993, e a recente sobrevalorização cambial, ocorreu uma maciça importação de produtos acabados nos ramos têxtil e vestuário, fazendo com que as exportações catarinenses no ramo têxtil caíssem de 423,6 milhões de dólares em 1993 para 258,7 milhões em 1999, uma queda de 63,7%, reduzindo a participação do total exportado no Estado para 10,1%, ou seja, uma queda de 50,0%. Dentro do segmento, o item mais prejudicado foi o de confecção em geral (Secex/SED-SC). Uma empresa como a Hering, que em 1992 chegou a exportar 100 milhões de dólares, em 1998 exportou apenas 18 milhões. Do total exportado pela Hering, 50,0% era destinado aos EUA e Canadá, este índice caiu para zero em 1998.

Com a sobrevalorização cambial e a facilidade de entrada do capital externo para adquirir ativos nacionais, o complexo agroindustrial catarinense foi duramente castigado com uma reestruturação patrimonial em favor de multinacionais. Associado a esta desnacionalização assistimos nos anos 90 uma redução brutal no número suinocultores e uma readaptação dos avicultores. Em 1990, Aurora, Sadia, Perdigão e Chapecó tinham uma rede nacional de 36.050 integrados (suínos e aves), passando para 22.198 em 1999, representando uma queda geral de 38,4% na década. Com as novas exigências impostas pelos frigoríficos, como ganho de escala, novos sistemas de iluminação e ventilação e salas para as matrizes melhores adaptadas, além da estratégia de trabalharem com integrados que ficaram dentro de um raio de abrangência mais próximo da empresa, o número de suinocultores teve uma queda considerável. No final de 1999, havia apenas 16.000 suinocultores, na sua grande maioria integrados. A redução de integrados na suinocultura pode ser acompanhada pelos dados fornecidos pela Sadia e Aurora. Percebe-se que até o início dos anos 90 o número de integrados aumentava constantemente: a Sadia chegou a ter, em nível nacional, 14.500 integrados de suínos, reduzindo para 4.890 em 1999, e a Aurora reduziu de 8.910 para 5.947. Em

compensação, dado o aumento de escala, o número de matrizes Aurora passou de 6,5 por propriedade para 14,34.

Nos anos noventa, a falta de uma diretriz nacional isolou as unidades subnacionais na elaboração de seus planos. A prática do planejamento já começou a entrar em crise no Brasil ainda nos anos oitenta, quando o Estado começou a enfrentar o problema do endividamento externo e seus desdobramentos internos. O Estado ficou engessado na dívida externa e na crise fiscal e financeira, sem condições de elaborar novos planos com objetivos nacionais. A cada plano que passava reduzia-se a atuação do Estado-Nação e aumentava a crença no mercado. Esta lógica perversa está associada a um movimento mais geral da história recente que é o neoliberalismo e a cosmopolização das finanças.

Uma reflexão final: Se observarmos a formação econômica do Brasil meridional, é possível identificar várias especificidades que fizeram parte tanto da formação econômica do Rio Grande do Sul como de Santa Catarina e do Paraná. Apesar de algumas diferenças, são formações que se sobrepõem e formam uma unidade com características espaciais e sócio-econômicas semelhantes.

A pecuária, nos Campos de Lages, é resultado do tropeirismo, que se estendia desde o Rio Grande até as feiras de Sorocaba. O mesmo vai ocorrer no oeste do Estado, com o caminho das tropas que partiam de São Borja, passavam pela atual cidade de Chapecó e seguiam até Palmas no Paraná. A economia ervateira em Santa Catarina, ao longo da divisa com o Paraná, era parte integrante do complexo ervateiro que abrangia o sudeste do Mato Grosso do Sul, o centro-sul do Paraná e o norte de Santa Catarina. A extração predatória da madeira, principalmente da araucária, ocorreu da mesma forma nos três Estados do Sul. A pecuária, a erva e a madeira formavam três complexos que unificavam os três Estados meridionais.

O movimento migratório de colonos, da serra gaúcha para o noroeste do Rio Grande do Sul, que segue em marcha para todo o oeste catarinense e sudoeste paranaense, fazia parte de um mesmo movimento nacional, no qual também entraram paulistas e mineiros: são as frentes “pioneiras” na busca de terras, promovidas pela modernização conservadora da agricultura brasileira. Portanto, o noroeste gaúcho, o

oeste catarinense e o sudoeste paranaense, apesar das particularidades, têm a mesma formação e fazem parte de uma só totalidade.

O crescimento econômico no sul catarinense pós-1914 é um reflexo direto da necessidade de carvão, cerceado durante a Primeira Guerra e pela necessidade da indústria brasileira que começava a ensaiar uma diversificação produtiva. As atividades carboníferas se aceleraram ainda mais a partir de 1930, com a política protecionista e a industrialização.

Talvez caberia fazer a seguinte pergunta: qual região, em Santa Catarina, que teve uma “formação própria”, sem estar diretamente ligada à expansão ditada fora de seu espaço ou que não é um mero reflexo de processo gerado em outra região? Se desconsiderarmos as cidades de São Francisco, Florianópolis e Laguna, podemos identificar três formações com graus diferentes de “autonomia”. A primeira formação é Joinville, que durante as duas primeiras décadas do século vinte teve uma forte ligação com o complexo ervateiro, e nas décadas seguintes com a extração da madeira, ao mesmo tempo em que crescia paralelamente às pequenas atividades comerciais e artesanais. A segunda, nas colônias italianas no sul do Estado, que até o início da Primeira Guerra cresciam independentes das minas. Os núcleos de povoamento eram dinamizados pelas pequenas atividades comerciais e artesanais derivadas da agricultura. No entanto, depois de 1920, as atividades carboníferas se sobrepuseram à agricultura. Portanto, o grau de “autonomia” de Joinville e das colônias no sul era relativo. A terceira formação, e a que talvez tenha um grau de “autonomia” maior, foi a de Blumenau. Numa primeira fase, Blumenau tinha ligações com as atividades madeireiras da região circunvizinha, mas seguiu um “caminho próprio”, com o crescimento das atividades têxteis pós-1880. É sabido que os anos da guerra e a industrialização brasileira integraram os têxteis blumenauenses, mas se pensarmos as formações microrregionais em Santa Catarina dentro da totalidade do Brasil meridional, é possível dizer que Blumenau teve pouca influência da erva-mate, do movimento migratório das fronteiras agrícolas do século XX e do corte da araucária. É possível chegar a essa conclusão, somente se analisarmos a formação dos três Estados sulinos no seu conjunto.

Se compararmos as zonas de colonização no Brasil meridional com o restante do país, talvez poderíamos afirmar que as colônias catarinenses se assemelham naquilo que Sergio Buarque de Holanda, chamava de “americanismo”, e que era “interiormente inexistente” no Brasil (p. 172, 1997). Talvez poderíamos dizer que nas colônias

catarinenses havia uma sociedade orgânica e com “nexo moral”, ao contrário daquilo que Caio Prado Júnior (p. 341, 1996), observava em muitas regiões brasileiras. Talvez a habilidade técnica de muitos imigrantes tenha garantido o surgimento de muitas pequenas indústrias, ao contrário do regresso econômico nas regiões das minas no último quartel do século XVIII, quando, segundo Celso Furtado (1989), a “incapacidade técnica dos imigrantes” (p. 79) anulou um desenvolvimento endógeno. Talvez as “oligarquias brancas” catarinenses tornaram-se “esclarecidas” mais rapidamente que outras oligarquias brasileiras, porém sempre plutocráticas, como afirma Oliveira Vianna (p. 137, 1987).

Uma das peculiaridades da formação econômica de Santa Catarina é a forte presença do capital de origem local. Talvez o que diferencia Santa Catarina em relação a outras regiões é justamente a palavra **forte**. Ademais, é bom lembrar que o capital local também se fez presente na formação econômica gaúcha, principalmente nas colônias. Em Minas Gerais, a indústria têxtil e a metalúrgica têm uma estreita ligação com empresários locais e em São Paulo a origem da indústria paulista deu-se a partir da expansão do complexo cafeeiro, portanto de origem local. Diante do dilúvio neoliberal e da desnacionalização suicida, a questão mais importante, hoje, talvez seria questionarmos se o capital instalado em Santa Catarina é nacional ou não.

Fontes e bibliografia

1) FONTES

a) Mensagens de governadores, de secretarias e planos de governos

SANTA CATARINA. Governador (1900-1978 : vários). **Mensagens dos governadores apresentadas ao Congresso Representativo/Assembléia Legislativa**. Florianópolis, 1900-1978.

_____. Secretaria de Coordenação Geral e Planejamento. **Séries estatísticas de Santa Catarina**. Florianópolis, 1990.

BORNHASUEN, Jorge Konder, CÓRDOVA, Henrique. **Plano de Ação**. Florianópolis, 1979. 55 p.

BORNHAUSEN, Irineu. **Plano de Obras e Equipamento**. Florianópolis, 1955.

CAMPOS, Pedro Ivo, MALDANER, Casildo. **Rumo à Nova Sociedade Catarinense** : plano de governo março/87 a março/91. Florianópolis, v. 1, 1987. 33 p.

HELOU FILHO, Esperidião Amin, FONTANA, Victor. **Cartas dos Catarinenses**. Florianópolis : 1982. 15 p.

_____, BAUER, Paulo. **Santa Catarina** : Estado vencedor. Florianópolis : 1999. 10 p.

KLEINÜBING, Vilson, KONDER REIS, Antonio Carlos. **Plano SIM** : para viver melhor em Santa Catarina. Florianópolis, 1990. 130 p.

KONDER REIS, Antonio Carlos, FONTANA, Atílio. **Plano de Governo 1975-1979** : governar é encurtar distância. Florianópolis : 1975. 56 p.

SALLES, Colombo Machado. **Projeto Catarinense de Desenvolvimento**. Florianópolis : 1971. 87 p.

VIERA, Paulo Afonso, HÜLSE, José Augusto. **Proposta de Governo** : Viva Santa Catarina. Florianópolis : 1994. 93 p.

b) Relatórios de instituições

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FABRICANTES DE PAPEL E CELULOSE. **Relatórios anuais**. São Paulo, 1967-1995.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Relatórios de atividades**. Florianópolis, 1975-1999.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **Vinte anos de contribuição ao desenvolvimento de Santa Catarina**. Florianópolis, 1982.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL. **Informativo anual da indústria carbonífera**. Brasília : 1980-1999.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Cadastro industrial de Santa Catarina**. Florianópolis, 1970-2000.

_____. **Santa Catarina em dados**. Florianópolis, 1990-1999.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina**. Florianópolis, 1976-1998.

2) BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rufino Porfírio. **Um aspecto da economia de Santa Catarina** : a indústria ervateira – o estudo da Companhia Industrial. Florianópolis : UFSC/CCH, 1979. 239 p. (Dissertação de mestrado)

_____, SCHMITZ, Sergio. **CELESC 40 anos de luz** : uma visão social. Florianópolis : CELESC, 1995. 299 p. (Relatório de pesquisa – versão preliminar).

BAER, Monica. **O rumo perdido** : a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. Rio de Janeiro : 1993. 213 p.

BARRETO, Maria T. Sobierajski. **Poloneses em Santa Catarina** : a colonização do Alto Vale do Rio Tijucas. Florianópolis : Ed. da UFSC; Lunardelli, 1983. 143 p.

BELLANI, Eli Maria. **Madeira, balsas e balseiros no Rio Uruguai** : o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917-1950). Florianópolis : UFSC/CFH, 1991. 260 p. (Dissertação de mestrado)

- BONETI, José Itamar da Silva *et al.* **Cadeias produtivas do Estado de Santa Catarina** : maçã. Florianópolis : EPAGRI, Boletim Técnico n. 105, 1999. 94 p.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo : Global; Campinas : Ed. da UNICAMP, 1985. 369 p.
- _____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1990. 318 p.
- _____. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970-95. **Economia e Sociedade**. Campinas: UNICAMP/IE, n. 8, junho/1997.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio** : contribuição à revisão crítica da formação do desenvolvimento da economia brasileira. 7 ed. São Paulo : Brasiliense, 1988. 182 p.
- _____. Conseqüências do neoliberalismo. **Economia e Sociedade**. Campinas : UNICAMP/IE, n. 1, agosto 1992.
- CARNEIRO, Ricardo. Crise, ajustamento e estagnação: a economia brasileira no período 1974-89. **Economia e Sociedade**. Campinas: UNICAMP/IE, n. 2, agosto/1993.
- CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história** : as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964). Florianópolis : UFSC/CFH, 1997. 231 p. (Dissertação de mestrado)
- COSTA, Liturgio. **O continente de Lagens** : sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis : Fundação Catarinense de Cultura, 1982. (4 volumes)
- DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina** : documentários. Caxias do Sul; Porto Alegre; Florianópolis : Ed. da UDUCS; EST; Lunardelli, 1983. 182 p.
- FONSECA, Pedro Dutra. **BRDE** : da hegemonia à crise de desenvolvimento. Porto Alegre : BRDE, 1988. 134 p.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 23. ed. São Paulo : Nacional, 1989. 248 p.
- GOULARTI FILHO, Alcides. **A inserção da indústria do vestuário na economia do sul de Santa Catarina**. Florianópolis : UFSC/CFH, 1995. 176 p. (Dissertação de mestrado)
- _____. As origens e a diversificação do parque industrial sul-catarinense. **Revista de Tecnologia e Ambiente**. Criciúma : UNESC, v. 2, n. 1, janeiro-julho/1996.
- _____. A indústria cerâmica do sul catarinense : participação estatal, rupturas tecnológicas e mercado externo. **Geosul**. Florianópolis : CFH/Dep. de Geociências, v. 12, n. 24, julho-dezembro/1997.
- _____, NETO, Roseli Jenoveva. **A indústria do vestuário** : economia, estética e tecnologia. Florianópolis : Letras Contemporâneas, 1997. 197 p.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa** : estrutura agrária, fronteiras agrícolas e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1982. 192 p.
- _____, KAGEYAMA, Angela. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas : UNICAMP/IE, 1998. 211 p.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do nordeste**: da articulação comercial à integração produtiva. Recife: Massangana, 1989. 295 p.
- _____. Desigualdades regionais e federalismo. In: SILVA, Pedro L. Barros & AFFONSO, Rui de B. Álvares (orgs). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDP; UNESP, 1995.

- HEIDEMANN, Eugenia Exterkoetter. **O carvão catarinense 1918-1954**. Curitiba : UFPR, 1981. 115 p. (Dissertação de mestrado).
- HEINSFELD, Adelar. **A Questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no Baixo Vale Rio do Peixe**. Joaçaba : UNOESC, 1996. 168 p.
- HERING, Maria Luiza Reunax. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí** : o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau : Ed. da FURB, 1987. 334 p.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo : Companhia das Letras, 1997. 220 p.
- LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Poder político e mudança social** : estudo sobre o poder político oligárquico no município de Lages/SC. Florianópolis : UFSC/CSE, 1977. 145 p. (Dissertação de mestrado).
- LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro. Crise de financiamento dos governos estaduais 1980-1988. Campinas : IE/UNICAMP, 1992. 298 p. (Tese de doutorado)
- MAMIGONIAN, Armen. Brusque : estudo de geografia urbana e econômica. In : SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE. **Álbun do 1º centenário de Brusque**. Brusque : SAB, 1960. 41 p.
- PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da Nação**. Campinas : Instituto de Economia, 1998. 291 p.
- PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis : Lunardelli, 1994. 372 p.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo : Brasiliense, 1996. 390 p.
- RABELO, Giani. **A luta dos mineiros contra a privatização da CSN-Criciúma** : uma avaliação crítica. Florianópolis : UFSC/CED, 1992. 61 p. (Monografia de especialização)
- RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense**. Joaçaba : UNOESC, 1997. 172 p.
- RENK, Arlene. **Questões sobre a imigração urbana e o êxodo rural em Chapecó**. Chapecó : FUNDESC/Dep. de História, 1991. 14 p. (Mimeo)
- RIBEIRO DE JESUS, Samir. **Formação do trabalhador catarinense** : o caso do caboclo do planalto serrano. Florianópolis : UFSC/CFH, 1991. 176 p. (Dissertação de mestrado)
- RICHTER, Klaus. **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau**. Blumenau; Florianópolis : Ed. da FURB/Ed. da UFSC, 1992. 88 p.
- SCHMITZ, Sérgio. **Planejamento estadual** : a experiência catarinense com o Plano de Metas do Governo – PLAMEG – 1961-1965. Florianópolis : Ed. da UFSC/FESC/UDESC, 1985. 134 p.
- _____. **Bancos privados e públicos em Santa Catarina** : a trajetória do BDE – contribuição à história bancária catarinense. São Paulo : USP/FFLCH, 1991. 461 p. (Tese de doutorado)
- SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim** : um estudo de desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro : UFRJ/Museu Nacional, 1973. 161 p. (Dissertação de mestrado)
- SUZIGAN, Wilson.. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. A indústria brasileira após uma década de estagnação : questão para política industrial. **Economia e Sociedade**. Campinas : UNICAMP/IE, v. 1, 1992.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3. ed. Campinas : UNICAMP/IE, 1998. 206 p.

THOMÉ, Nilson. **O trem de ferro** : a ferrovia do contestado. 2. ed. Florianópolis : Lunardelli, 1983. 204 p.

VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : Ed. da USP; Niterói : Ed. da UFF, v. 2, 1987. 199 p.